

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Questão 01. À luz da dicção da lei e do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) O empregado que, durante o prazo do aviso-prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo. Também é correto afirmar que o reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso-prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- b) Mesmo em caso de despedida indireta, afigura-se como devido o aviso-prévio, sendo certo, ainda, que o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso-prévio indenizado.
- c) O cálculo da multa de 40% (quarenta por cento) do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias. Cumpre desconsiderar, todavia, para tanto, a projeção do aviso prévio indenizado, por falta de previsão legal.
- d) O aviso-prévio, de que trata o inciso XXI do art. 7º da Constituição Federal de 1988, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa. A esse aviso-prévio serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
- e) O pagamento relativo ao período de aviso-prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS. Já quanto à data de saída a ser anotada em CTPS, deve corresponder à do término do prazo do aviso-prévio, mesmo quando indenizado.

Questão 02. À luz do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos.
- b) O caixa bancário não exerce cargo de confiança, tirante a hipótese de caixa executivo. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta.
- c) O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança. Logo, não se enquadra na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT. Já o bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.
- d) Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. Já o bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT, cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.
- e) O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito

às sétima e oitava horas como extras, mas tão-somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas.

Questão 03. À luz do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, não é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.
- b) Tendo em vista que as Leis nº 3.999/1961 e 4.950-A/1966 não estipulam a jornada reduzida, mas apenas estabelecem o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas para os médicos e de 6 horas para os engenheiros, não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à oitava, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário das categorias.
- c) Inexistindo instrumento coletivo fixando jornada diversa, o empregado horista submetido a turno ininterrupto de revezamento faz jus ao pagamento das horas extraordinárias laboradas além da sexta, bem como ao respectivo adicional.
- d) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- e) Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.

Questão 04. À luz do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) A hora noturna no regime de trabalho no porto, compreendida entre dezenove horas e sete horas do dia seguinte, é de 60 (sessenta minutos).
- b) Para o cálculo das horas extras prestadas pelos trabalhadores portuários, observar-se-á somente o salário básico percebido, excluídos os adicionais de risco e produtividade.
- c) Tratando-se de terminais privativos destinados à navegação de cabotagem ou de longo curso, é obrigatória a requisição de vigia portuário indicado por sindicato.
- d) O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/1965, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas concedido àqueles que prestam serviços na área portuária.
- e) O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

Questão 05. À luz da dicção da lei e do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) A rescisão do contrato de trabalho rural, sem justa causa, do chefe da unidade familiar é extensiva à esposa, às filhas solteiras e aos filhos até 20 anos de idade, que exerçam atividades na propriedade, mediante opção destes. Ademais, rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a desocupar a casa dentro de trinta dias.

- b) O empregado rural fará jus ao salário do dia, quando comparecer ao local de prestação de serviço ou ponto de embarque, se fornecida condução pelo empregador, e não puder trabalhar em consequência de chuva ou de outro motivo alheio à sua vontade.
- C) É considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades.
- d) O produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária. A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de 1 (um) ano, superar 2 (dois) meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável.
- e) Equipara-se ao empregador rural a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional ou não, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

Questão 06. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 21 (vinte e um) anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
- b) Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Esse limite não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional.
- c) O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício. O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.
- d) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. Estes dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.
- e) A realização de estágios, nos termos da Lei nº 11.788/2008, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Questão 07. À luz do quanto hoje expressamente cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- b) Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora. Demais disso, o responsável solidário, integrante do grupo econômico, que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta do título executivo judicial como devedor, não pode ser sujeito passivo na execução.
- c) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. É certo, ainda, que a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- d) Em caso de criação de novo município, por desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurarem como real empregador.
- e) Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento, ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade: I - em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão; II - no tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora.

Questão 08. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) O recolhimento de FGTS é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.
- b) Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, esse percentual será de 20% (vinte por cento).

c) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada, dentre outras hipóteses, nas seguintes situações: despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019/1974; quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos; quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

d) As empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

e) O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Questão 09. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

a) Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional. Não está compreendido nesse comando legal a remoção de material feita por impulso ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

b) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: I - transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; II - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

c) Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação. Também é certo afirmar que, em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

d) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um. Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

e) Dentre outras medidas, assegura-se à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 3 (três) meses.

Questão 10. À luz do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

a) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado. Consigne-se, ainda, que, tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.

- b) A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, impede a fluência da prescrição quinquenal, caso haja absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.
- c) É aplicável a prescrição bienal prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição de 1988 ao trabalhador avulso, tendo como marco inicial a cessação do trabalho ultimado para cada tomador de serviço.
- d) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é parcial.
- e) A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretendo direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

Questão 11. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias. Quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes, fará jus a 30 (trinta) dias corridos de férias.
- b) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.
- c) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por 6 (seis) meses, embora descontínuos.
- d) As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. De todo modo, aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.
- e) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. É correto afirmar, ademais, que durante as férias o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

Questão 12. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.
- b) Para admissão ao emprego deverá o empregado doméstico apresentar: I - Carteira de Trabalho e Previdência Social; II - Atestado de boa conduta; III - Atestado de saúde, a critério do empregador.
- c) É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Entretanto, poderão ser descontadas as despesas com moradia quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, desde que essa possibilidade tenha sido acordada entre as partes, expressa ou tacitamente.

- d) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- e) O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa.

Questão 13. À luz da dicção da lei e do quanto cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. Porém, não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- b) Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio. Todavia, afigura-se como lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
- c) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento. Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- d) Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- e) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. Ademais, mantido o empregado no exercício da função comissionada, é vedado ao empregador reduzir o valor da gratificação.

Questão 14. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado. Salvo expressa disposição contratual em contrário, a retribuição por tal espécie de trabalho limita-se ao salário ajustado. Consideram-se desenvolvidos na vigência do contrato a invenção ou o modelo de utilidade, cuja patente seja requerida pelo empregado até 1 (um) ano após a extinção do vínculo empregatício, salvo prova em contrário.
- b) O empregador, titular da patente, poderá conceder ao empregado, autor de invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da

empresa. Mas tal espécie de participação não se incorpora, a qualquer título, ao salário do empregado.

c) Pertencerá exclusivamente ao empregado a invenção ou o modelo de utilidade por ele desenvolvido, desde que desvinculado do contrato de trabalho e não decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

d) A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será comum, em partes iguais, quando resultar da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, ressalvada expressa disposição contratual em contrário. Sendo mais de um empregado, a parte que lhes couber será sempre dividida igualmente entre todos.

e) As disposições legais que regem a propriedade industrial no contexto do liame empregatício também são passíveis de aplicação, no que couber, às relações entre o trabalhador autônomo ou o estagiário.

Questão 15. À luz da dicção da lei e do quanto expressamente cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

a) Sendo regulamentada a profissão de auxiliar de enfermagem, cujo exercício pressupõe habilitação técnica, realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, impossível a equiparação salarial do simples atendente com o auxiliar de enfermagem. De todo modo, é certo afirmar que, para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

b) Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

c) A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

d) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial. Além disso, pode-se afirmar que, presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, se não demonstrada a presença dos requisitos da equiparação em relação ao paradigma que deu origem à pretensão, caso arguida a objeção pelo reclamado

e) O art. 37, inciso XIII, da CF/1988 veda a equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, sendo juridicamente impossível a aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos, salvo se contratados pela CLT.

Questão 16. À luz do quanto expressamente cristalizado na jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

a) Membro de conselho fiscal de sindicato tem direito à estabilidade prevista nos arts. 543, § 3º, da CLT e 8º, VIII, da CF/1988.

b) Exaurido o período de estabilidade provisória, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego. Não há nulidade por julgamento "extra petita" da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT.

c) Quanto à estabilidade provisória do dirigente sindical, pode-se afirmar que o art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT, a 7 (sete) dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

d) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

e) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade. Frise-se, ainda, que não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, não constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.

Questão 17. A respeito do trabalho temporário e à luz do ordenamento jurídico vigente, assinale a alternativa incorreta:

a) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou à acréscimo extraordinário de serviços. A condição de temporário deverá ser registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador. Esse trabalhador tem direito, ainda, a seguro contra acidente do trabalho.

b) É assegurado ao trabalhador temporário o direito a remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora.

c) No caso de falência da empresa de trabalho temporário, é correto afirmar que a empresa tomadora ou cliente é responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens. Expressamente, a lei fixa essa responsabilidade como de caráter solidário.

d) O trabalhador temporário tem direito a vale-transporte e também é contemplado com a verba de FGTS.

e) A Lei nº 6.019/1974 é silente no que tange ao adicional por trabalho noturno.

Questão 18. Refletindo sobre a dicção dos artigos 8º da CLT e 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

a) A jurisprudência é expressamente citada como fonte do Direito do Trabalho, mecanismo supletivo não constante do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

b) Os usos são expressamente mencionados como fonte do Direito do Trabalho, o que também ocorre no âmbito do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

c) A equidade é expressamente citada como fonte do Direito do Trabalho, mecanismo supletivo não constante do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

d) Os costumes são expressamente mencionados como fonte do Direito do Trabalho, o que também ocorre no âmbito do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

e) O direito comparado é expressamente mencionado como fonte do Direito do Trabalho, mecanismo supletivo não constante do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Questão 19. Assinale a assertiva correta:

a) A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância; II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância. Caberá às Delegacias Regionais do Trabalho, comprovada a insalubridade, notificar os sindicatos respectivos, estipulando prazos para sua eliminação ou neutralização.

b) Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

c) O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-base da região, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo. Os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

d) São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

e) A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associado, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério Público do Trabalho.

Questão 20. Assinale a alternativa incorreta:

a) Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

b) A CLT, expressamente, no tocante à segurança e medicina do trabalho, determina que cabe às empresas facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.

- c) A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.
- d) Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, na admissão, demissão, bem como periodicamente. Outros exames complementares poderão ser exigidos, a critério médico, para apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer.
- e) Constitui ato faltoso do empregado, em qualquer hipótese, a recusa ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

Questão 21. Assinale a alternativa correta:

- a) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- b) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional. O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade, entretanto, cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
- c) O trabalho executado em condições insalubres, todavia em caráter intermitente, afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
- d) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais, exceto o aviso prévio não trabalhado.
- e) Basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, não sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, quando constatadas por laudo pericial, nada obstante não se encontrarem dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho.

Questão 22. À luz da dicção da CLT e da jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Havendo justa causa no decurso do prazo do aviso-prévio dado pelo empregador, retira-se do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- b) São apontados como fatos que constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, entre outros: ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas, desde que praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem; abandono de emprego; violação de segredo da empresa; ato de indisciplina ou de insubordinação; condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.
- c) O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

d) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

e) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização, entre outras hipóteses, quando: praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama; correr perigo manifesto de mal considerável; forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato; o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

Questão 23. Sobre o trabalho avulso e à luz da Lei nº 12.023/2009, assinale a alternativa correta:

a) As atividades de movimentação de mercadorias em geral exercidas por trabalhadores avulsos, para os fins da Lei nº 12.023/2009, são aquelas desenvolvidas apenas em áreas urbanas sem vínculo empregatício, mediante intermediação obrigatória do sindicato da categoria, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades.

b) A remuneração, a definição das funções, a composição de equipes e as demais condições de trabalho serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores avulsos e dos tomadores de serviços.

c) As empresas tomadoras do trabalho avulso respondem subsidiariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado e são responsáveis pelo recolhimento dos encargos fiscais e sociais, bem como das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato.

d) Os sindicatos representativos dos trabalhadores avulsos são responsáveis pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e por zelar pelo cumprimento das normas de segurança no trabalho.

e) Constitui dever do sindicato intermediador divulgar amplamente as escalas de trabalho dos avulsos, com a observância, quando possível, do rodízio entre os trabalhadores.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Questão 24. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica e da doutrina majoritária:

a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 conferiu aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos de sua categoria, sendo ela (CRFB/88) a primeira Constituição do Brasil a reconhecer as Convenções Coletivas de Trabalho.

b) Sabendo que as normas coletivas incidem nas relações individuais de trabalho, é possível que um empregado integrante de uma categoria profissional diferenciada exija de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

c) Sabendo que a negociação coletiva encontra limites nas normas de ordem pública, como as que versam sobre medidas de higiene, saúde e segurança do trabalho, é inválida a inclusão de cláusula em instrumento coletivo de trabalho que contemple a supressão ou redução do intervalo intrajornada, à exceção dos condutores e cobradores de veículos

rodoviários, empregados em empresas de transporte público coletivo urbano, quanto à redução desse intervalo, observados certos limites.

d) Quando inexistente organização sindical de determinada categoria, somente as federações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar Convenção Coletiva de Trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas no âmbito de suas representações.

e) Apesar de a legislação brasileira não prever expressamente as cláusulas obrigacionais nos instrumentos coletivos, tais cláusulas não são vedadas pelo ordenamento jurídico, de modo que podem ser inseridas nos mesmos, a exemplo de cláusulas que tratem sobre salários, adicionais salariais, gratificações, estabilidades, dentre outras.

Questão 25. De acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica, assinale a alternativa correta em relação aos enunciados abaixo:

I Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com o advento da Emenda Constitucional nº 45, a Justiça do Trabalho teve sua competência ampliada para julgar, inclusive, as ações possessórias decorrentes do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada e/ou servidores públicos.

II Constitui abuso do direito de greve a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho, salvo quando a paralisação tenha por objetivo exigir o cumprimento da cláusula ou condição, ou ainda quando tiver sido motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

III Durante a greve é vedada a rescisão de contrato de trabalho, bem como a contratação de trabalhadores substitutos em qualquer hipótese, sob pena de se configurar ato atentatório ao direito de greve dos trabalhadores.

IV Não são devidos os dias de paralisação durante uma greve declarada abusiva, uma vez que é incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.

V Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais obrigadas a comunicar a decisão aos empregadores, à entidade patronal correspondente, ao Ministério Público do Trabalho e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas estão corretas as assertivas I, II e III.
- d) Apenas estão corretas as assertivas III e V.
- e) Apenas estão corretas as assertivas II e IV.

Questão 26. De acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica, assinale a alternativa correta em relação aos enunciados abaixo:

I Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário-base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.

II Ofende o direito de livre associação e sindicalização a cláusula coletiva que estabelece contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados.

III Pode o sindicato, por meio de dissídio coletivo, obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada.

IV É possível no dissídio coletivo de natureza jurídica obter a interpretação de normas de caráter genérico, porquanto o mencionado dissídio tem por finalidade conferir a interpretação das cláusulas inseridas em um instrumento coletivo.

V Os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva.

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Apenas estão corretas as assertivas I e II.
- d) Apenas estão corretas as assertivas I, II e V.
- e) Apenas estão corretas as assertivas I, III e IV.

Questão 27. Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a V abaixo, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica:

I De acordo com a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de filiar-se a estas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas.

II A Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, de 1948, que versa sobre liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, somente foi ratificada pelo Brasil no ano de 2001.

III São integrantes de uma categoria profissional diferenciada não apenas os trabalhadores que tenham uma lei que regulamente sua profissão, mas também aqueles que, embora não tendo estatuto profissional especial, exerçam profissões ou funções que singularizem sua condição de vida.

IV O aposentado filiado tem o direito de votar, porém não o de ser votado nas organizações sindicais.

V Conquanto a Constituição da República Federativa do Brasil tenha vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, é constitucional a limitação imposta pela Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao número de dirigentes sindicais portadores da estabilidade provisória no emprego, eis que o dispositivo em questão foi recepcionado pela Constituição de 1988.

- a) Somente a assertiva II está correta.
- b) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão erradas.
- e) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.

Questão 28. Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a V abaixo:

I Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica ou

jurídica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

II Podem os Estados e o Distrito Federal instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil para empregados que já possuem piso salarial definido em lei federal, Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, desde que aquele piso seja superior a este, por força do princípio da aplicação da norma mais benéfica.

III Em razão do princípio da liberdade sindical, permite-se que os sindicatos estipulem Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho com duração superior a dois anos.

IV A Constituição assegura que ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, consubstanciando-se o princípio da liberdade sindical em seu aspecto individual. No entanto, os benefícios alcançados por uma entidade sindical representativa de uma determinada categoria somente beneficiam os empregados desta categoria filiados ao respectivo sindicato.

V A revogação é o ato bilateral pelo qual as partes do acordo ou convenção coletiva resolvem desfazer o instrumento pactuado. A denúncia é o ato bilateral pelo qual uma das partes do acordo ou convenção dá a outra parte ciência da sua decisão de não mais cumprir o instrumento em vigor. A primeira deve ser feita em relação à totalidade do instrumento, enquanto que a segunda pode ser realizada de forma parcial.

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Somente estão erradas as assertivas II e III.
- c) Somente estão erradas as assertivas I, III e IV.
- d) Somente estão erradas as assertivas III e IV.
- e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão 29. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a legislação e o entendimento da doutrina majoritária:

- a) São considerados interesses ou direitos difusos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- b) São considerados interesses ou direitos coletivos stricto sensu os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- c) São considerados interesses ou direitos individuais homogêneos os decorrentes de origem comum.
- d) Consoante doutrina majoritária, na seara trabalhista somente é possível a existência de direitos ou interesses coletivos e/ou individuais homogêneos, uma vez que os direitos ou interesses difusos têm como principal característica a sua indeterminação, fato este incompatível na relação de emprego, na qual de antemão se sabe quem são os dois sujeitos determinados: empregado e empregador.
- e) Os interesses ou direitos individuais homogêneos caracterizam-se como um feixe de interesses individuais de causa comum, cujos titulares são perfeitamente identificáveis e individualizáveis, razão pela qual muitos afirmam que eles são essencialmente individuais, mas acidentalmente coletivos.

Questão 30. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica:

- a) É facultado aos sindicatos, quando em número não superior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federações.
- b) O Brasil adota o modelo da liberdade sindical plena, nos moldes preconizados pela Organização Internacional do Trabalho.
- c) Malgrado a não interferência estatal nas entidades sindicais apregoada pela Constituição da República de 1988, o Brasil adota modelo sindical cuja base territorial mínima da organização sindical é definida na própria Carta Magna.
- d) Consoante entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, a estabilidade do dirigente sindical persiste ainda quando extinta a atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, pois a garantia conferida ao empregado nesse caso é de cunho pessoal.
- e) Uma vez que o contrato de trabalho torna-se rescindido depois de expirado o prazo de aviso prévio, o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, assegura-lhe o direito à estabilidade provisória.

Questão 31. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência majoritária:

- a) A Constituição de 1934, embora detentora de índole relativamente democrática, quedou-se silente quanto ao direito de greve.
- b) Para a Constituição de 1937, a greve e o lockout eram considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional.
- c) A Constituição de 1967 estabelecia que a greve era direito dos trabalhadores, exceto quando realizada no serviço público e nas atividades essenciais.
- d) A Constituição Federal de 1988 elencou, expressamente, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, o direito de greve.
- e) O Supremo Tribunal Federal declarou a omissão do Poder Legislativo no tocante à regulamentação do direito de greve no serviço público, estendendo a este as disposições da Lei nº 7.783/1989, naquilo que for compatível.

Questão 32. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica:

- a) Para fins de aquisição da estabilidade sindical, é indispensável a comunicação ao empregador, pelo sindicato, por escrito, dentro de 24 horas, do dia e da hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo igualmente a este comprovante no mesmo sentido.
- b) As Centrais Sindicais, apesar de existentes no mundo dos fatos, inexiste no mundo jurídico, porquanto não há, até o momento, previsão legal de sua formação.
- c) Considera-se central sindical a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores ou empregadores.
- d) As centrais sindicais podem ser constituídas em âmbito regional ou nacional.
- e) Para que surta efeitos, o acordo coletivo celebrado não prescinde de homologação perante tribunal trabalhista.

Questão 33. Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a V abaixo, de acordo com o entendimento de sedimentada doutrina:

I A corrente mista define o Direito Coletivo do Trabalho como o complexo de institutos, princípios e regras jurídicas que regulam as relações laborais de empregados e empregadores e outros grupos jurídicos normativamente especificados, considerando sua ação coletiva, realizada autonomamente ou através das respectivas entidades sindicais.

II O Direito Coletivo do Trabalho tem por conteúdo os princípios e normas regulatórios dos sindicatos, da negociação coletiva, da greve, do dissídio coletivo, da mediação e arbitragem coletivas, ao lado dos dispositivos criados pela negociação coletiva e dissídio coletivo. Quanto a estes últimos, as regras por eles criadas passam a integrar o contrato individual de trabalho, pertencendo também ao Direito Individual do Trabalho.

III O princípio da adequação setorial negociada, segundo o qual as regras autônomas juscoletivas podem prevalecer sobre as regras gerais heterônomas justrabalhistas, sofre limitações, de modo que só se pode implementar padrões setoriais de direitos mais elevados que o padrão geral oriundo da legislação heterônoma ou desde que se transacionem setorialmente parcelas justrabalhistas dotadas de indisponibilidade apenas relativa.

IV Uma das funções específicas do Direito do Trabalho Coletivo é a aptidão para produzir normas autônomas, as quais independem do Estado. Porém, tais normas nunca prevalecem em face das normas estatais.

V A doutrina não reconhece outras denominações para o Direito Coletivo do Trabalho.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

Questão 34. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica:

a) Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais.

b) Viola o art. 8º, V, da CF/1988, cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

c) As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 5 (cinco) federações e terão sede na Capital da República.

d) Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.

e) As Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no Ministério do Trabalho e Emprego.

Questão 35. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a legislação e o entendimento da jurisprudência pacífica:

- a) Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste.
- b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- c) Os direitos assegurados aos sindicatos e às associações profissionais pela Constituição da República Federativa do Brasil aplicam-se às organizações de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.
- d) A Constituição da República Federativa do Brasil assegura a irredutibilidade salarial, ressaltando-se, todavia, o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- e) O trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento possui jornada diária de seis horas, salvo estipulação diversa em negociação coletiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36. Assinale a alternativa incorreta, no que refere aos princípios que norteiam a Administração Pública brasileira:

- a) Princípio da Legalidade - O administrador público está sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum e deles não se pode afastar ou desviar.
- b) Princípio da Moralidade - O Princípio da Moralidade restringe-se ao aspecto das práticas de improbidade administrativa.
- c) Princípio da Impessoalidade - Critério para evitar favoritismos ou privilégios. A Administração Pública não pode, no exercício da atividade administrativa, atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é o interesse público seu elemento norteador.
- d) Princípio da Publicidade - Pode ser visualizado na necessidade de divulgação oficial dos atos administrativos para conhecimento público e, em regra, para início de seus efeitos.
- e) Princípio da Eficiência - Obriga a Administração Pública a desenvolver mecanismos para o exercício de uma atividade administrativa célere e com qualidade.

Questão 37. É órgão da Administração Pública Indireta:

- a) O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas).
- b) A Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Alagoas.
- c) A Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas).
- d) O Ministério da Fazenda, integrante do Poder Executivo Federal.
- e) O Instituto Nacional de Seguridade Social.

Questão 38. Sobre o poder de polícia, aponte a resposta correta:

- a) A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.
- b) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- c) Tendo em vista os princípios da recorribilidade das decisões administrativas e da inafastabilidade do controle jurisdicional, além da necessidade e eficácia das medidas de polícia administrativa, as sanções aplicadas administrativamente não precisam observar o devido processo legal.
- d) O poder de polícia, não sendo privativo do poder público, é passível de delegação a entidades privadas.
- e) Em regra, o exercício do poder de polícia é vinculado, em razão de seu caráter de restrição e limitação de direitos.

Questão 39. No tocante à organização administrativa, é incorreto afirmar:

- a) A doutrina denomina desconcentração o fenômeno de repartição interna de competências e a criação de órgãos, quando não implique criação de nova pessoa jurídica.
- b) A descentralização é dita política quando dela decorre a criação de pessoas políticas, tal como ocorre com a criação de entes federados.
- c) Os Territórios Federais, se existentes, podem ser classificados como Autarquias Territoriais, componentes, portanto, da Administração Indireta da União.
- d) A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é autarquia sob regime especial.
- e) As entidades do chamado terceiro setor não compõem a Administração Direta.

Questão 40. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os atos jurídicos praticados pela administração são atos administrativos (em sentido estrito).
- b) O ato administrativo pode ser anulado pela própria Administração Pública.
- c) A competência para a prática de atos administrativos pode ser sempre delegada.
- d) O ato administrativo emanado do resultado da votação de um órgão colegiado é qualificado como ato composto.
- e) Os atos administrativos discricionários são insuscetíveis de qualquer Controle Judicial.

Questão 41. A respeito do regime de provimento de cargos públicos instituído pela Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.
- b) Aquele que, nomeado, não tomar posse no prazo legal, será exonerado.
- c) A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

- d) Em caso de reintegração de servidor, encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- e) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Questão 42. A respeito dos direitos do servidor e à luz da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal. A ausência não excederá a 5 (cinco) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.
- b) A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso deve ser utilizada como base de cálculo para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.
- c) As férias somente poderão ser interrompidas a pedido do servidor ou por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
- d) O servidor investido em mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, embora fique afastado deste, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) Afora outras condicionantes, os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório.

Questão 43. No que concerne àquilo que, a teor da Lei nº 8.112/1990, é proibido ao servidor, assinale a assertiva incorreta:

- a) Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- b) Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- c) Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- d) Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- e) Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.

Questão 44. Sobre as Entidades da Administração Pública Indireta, é incorreto afirmar:

- a) Os empregados das empresas estatais não são titulares de cargos públicos, mas firmam contrato de trabalho regido pela CLT.
- b) O STF considera que o serviço postal, prestado pela Empresa de Correios e Telégrafos, empresa pública, é serviço público, prestado sob regime de exclusividade.
- c) Os empregados das empresas estatais se sujeitam ao teto remuneratório da Administração, à exigência de prévia aprovação em concurso público e à proibição de acumulação de cargos, empregos e funções.

- d) As empresas subsidiárias das estatais federais não fazem parte da Administração Indireta da União Federal, por serem meros desdobramentos e completamente subordinadas às estatais das quais derivam.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Questão 45. Segundo a doutrina majoritária, os serviços públicos podem ser classificados:

- a) Quanto à essencialidade: serviços administrativos e serviços industriais; quanto à finalidade: serviços públicos e serviços de utilidade pública; quanto aos destinatários: serviços próprios e serviços impróprios.
- b) Quanto à essencialidade: serviços administrativos e serviços industriais.
- c) Quanto à finalidade: serviços públicos próprios e serviços públicos impróprios.
- d) Quanto à finalidade: serviços administrativos e serviços industriais; quanto à natureza: serviços públicos próprios e serviços públicos impróprios.
- e) Quanto à natureza: serviços administrativos e serviços industriais; quanto à finalidade: serviços públicos próprios e serviços públicos impróprios.

DIREITO PENAL

Questão 46. São crimes contra a organização do trabalho:

- I Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.
- II Redução da pessoa à condição análoga à de escravo.
- III Aliciamento para o fim de emigração.
- IV Atentado contra a liberdade de trabalho.
- V Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Somente as proposições II e IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

Questão 47. Considerando o crime de redução a condição análoga à de escravo, é incorreto afirmar:

- a) Configura o tipo penal o ato de restringir, por qualquer meio, a locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.
- b) Se o crime é praticado por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem há o acréscimo de 1/3 na pena.
- c) A pena prevista para este crime é reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
- d) Configura o tipo penal submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva ou sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho.
- e) Aquele que cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, incorre nas mesmas penas do tipo penal em análise (redução à condição análoga à de escravo).

Questão 48. São considerados crimes contra a administração da justiça:

I Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.

II Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que presume não se ter verificado.

III Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.

IV Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.

V Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição I está incorreta.
- c) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.

Questão 49. Considerando o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, é incorreto afirmar:

a) A pena é de detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

b) Quem impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais, incorre na mesma pena do tipo penal em análise.

c) A pena é aumentada de um quinto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

d) Configura o tipo penal o ato de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

e) Na mesma pena do tipo penal em análise incorre quem obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida.

Questão 50. Quanto ao crime de falsidade de documento público, assinale a alternativa incorreta:

a) Configura o tipo penal falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro. A pena é a de reclusão, de dois a seis anos, e multa.

b) Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

c) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial e os livros mercantis. Nesse rol não se inclui o testamento particular.

d) Nas mesmas penas previstas para esse tipo penal incorre quem insere ou faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita.

e) Também incorre nas mesmas penas previstas para esse tipo penal quem insere ou faz inserir na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 51. De acordo com a lei e a jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Havendo condenação em obrigação de pagar e transitada em julgado a decisão recorrida, é possível, por expressa disposição da CLT, ordenar-se o levantamento imediato do depósito recursal, em favor da parte vencedora, por meio de simples despacho do juiz. No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- b) Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta.
- c) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado. Também por força de disposição expressa da CLT, cabem embargos de declaração contra a decisão que contém obscuridade e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- d) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
- e) É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado. É certo, ainda, que ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada, por exemplo, em recurso de revista.

Questão 52. Sobre ação rescisória, de acordo com a jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) É juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão de Tribunal Regional ou superveniente sentença homologatória de acordo que puser fim ao litígio.
- b) É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Verificando o relator que a parte interessada não juntou à inicial o documento comprobatório, abrirá prazo de 10 (dez) dias para que o faça, sob pena de indeferimento.
- c) É juridicamente possível o pedido de corte rescisório de decisão que reconhece a configuração de coisa julgada.
- d) A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista não autoriza a propositura de ação rescisória.

e) Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais. O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida.

Questão 53. De acordo com a Lei nº 7.347/1985, possuem legitimidade para propor a ação civil pública:

I O Ministério Público, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

II A autarquias e a empresa pública.

III A associação que, alternativamente: (i) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (ii) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

IV A Defensoria Pública.

V A fundação, sociedade de economia mista ou organizações da sociedade civil de interesse público.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente a proposição V está incorreta.
- c) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

Questão 54. Sobre o procedimento sumaríssimo e atento ao quanto está disposto na lei, assinale a alternativa incorreta:

a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. A CLT deixa claro que, para tal fim, há de se tomar como referência o salário mínimo vigente na precisa data do ajuizamento da reclamação, ficando excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

b) As demandas sujeitas ao rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única. Para o alcance de objetivo, a lei, expressamente, prevê a possibilidade de convocação do juiz substituto para atuar simultaneamente com o titular.

c) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, mesmo que não previamente requeridas. Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem qualquer interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério exclusivo do magistrado.

d) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de 30 (trinta dias), salvo motivo relevante justificado nos autos pela secretaria.

e) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante. O juiz, segundo claro comando celetista, poderá ainda limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias. Ainda de acordo com a lei, o magistrado trabalhista também terá liberdade para apreciar as provas, inclusive para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Questão 55. De acordo com a jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança.
- b) Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco. Por outro lado, em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a simples determinação de penhora em dinheiro, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa.
- c) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.
- d) Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor (executado), não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista.
- e) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo. Também é correto afirmar que inexistente direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo de instrumento visando a destrancá-lo.

Questão 56. No que diz respeito às atribuições do Ministério Público do Trabalho junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, segundo o que dispõe a Lei Complementar nº 75/1993, assinale a alternativa incorreta:

- a) Atuar como árbitro nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho, se assim for solicitado pelas partes. Igualmente, apenas nos processos em que for parte, recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, bem como pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Intervir, obrigatoriamente, em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- c) Requerer as diligências que julgar convenientes para o correto andamento dos processos e para a melhor solução das lides trabalhistas, bem assim promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.
- d) Propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho. Da mesma forma, propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.
- e) Manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção. Ao Ministério Público do Trabalho também incumbe promover mandado de injunção, quando a competência for da Justiça do Trabalho.

Questão 57. À luz da CLT e da jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais. A CLT também prevê, expressamente, que o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- b) As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas. Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- c) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
- e) A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova.

Questão 58. À luz da lei e da jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. É certo, ademais, que a vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando, por óbvio, o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.
- b) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente. O preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado, ressalvando-se apenas a reclamação de empregado doméstico.
- c) A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência.
- d) É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

e) A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador, de alguma forma, fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período.

Questão 59. À luz da jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá no mesmo juízo em que praticado o ato supostamente eivado de vício.
- b) Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.
- c) É cabível ação declaratória visando a declarar direito à complementação de aposentadoria, mesmo que ainda não atendidos os requisitos necessários à aquisição do direito, tendo em vista o princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- d) A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a consequente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico.
- e) Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

Questão 60. À luz da jurisprudência cristalizada pelo TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista, restando inaplicável, pois, o quanto disposto no art. 35 do CPC como fonte subsidiária, porquanto, na Justiça do Trabalho, as custas estão reguladas pelo art. 789 da CLT.
- b) É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.
- c) A antecipação da tutela concedida no bojo da sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar afigura-se como o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar).
- d) Não fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.

e) Nos Tribunais, compete ao Presidente decidir sobre o pedido de antecipação de tutela, submetendo sua decisão ao Colegiado respectivo, independentemente de pauta, na sessão imediatamente subsequente.

Questão 61. À luz da literalidade da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

a) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.

b) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de 27 (vinte e sete) Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho: I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

d) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

e) Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos próprios.

Questão 62. Assinale a alternativa incorreta:

a) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.

b) Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

c) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

d) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

e) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal. É certo, ainda, que a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária.

Questão 63. Quanto à execução trabalhista e à vista do texto da CLT, assinale a alternativa incorreta:

- a) Opostos embargos, o juiz, conclusos os autos, proferirá sua decisão, dentro de 5 (cinco) dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora
- b) Os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário serão julgados na mesma sentença.
- c) A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação. O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 30% (trinta por cento) do seu valor.
- d) Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal ofertado, voltando à praça os bens executados.
- e) Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

Questão 64. À luz da dicção da CLT, assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo para interposição de agravo de instrumento é de 8 (oito) dias.
- b) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença, salvo em caso de dano irreparável ou de difícil reparação, a pedido do interessado.
- c) Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado.
- d) O agravado será intimado para oferecer resposta ao agravo e ao recurso principal, instruindo-a com as peças que considerar necessárias ao julgamento de ambos os recursos.
- e) Provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 65. Em conformidade com o artigo 7º, parágrafo único, da atual Constituição da República Federativa do Brasil, são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos, exceto:

- a) Irredutibilidade do salário.
- b) Licença paternidade, nos termos da lei.
- c) Salário família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- d) Aposentadoria.
- e) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

Questão 66. À luz do art. 8º da Constituição Federal, que acentua ser livre a associação profissional ou sindical, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicatos.

- b) O aposentado filiado tem a obrigação de votar e o direito de ser votado nas organizações sindicais.
- c) É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- e) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação do sindicato, ressalvado o registro do órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Questão 67. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:

- a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) Associações e Fundações privadas sem fins lucrativos.
- e) Procurador-Geral da República.

Questão 68. Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- a) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) As ações que envolvam exercício de direito de greve.
- c) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- d) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- e) As ações que envolvam servidores públicos estatutários.

Questão 69. Em conformidade com o Título da Ordem Social da atual Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) Aos maiores de 60 (sessenta anos) é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- d) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- e) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Questão 70. Das alternativas abaixo, qual aquela que não corresponde à doutrina majoritária constitucional, quando enumera princípios e regras interpretativas das normas constitucionais:

- a) Unidade da Constituição: a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas.
- b) Máxima Efetividade: a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe conceda.
- c) Efeito Integrador: na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.
- d) Concordância Prática ou da Harmonização: exige-se a coordenação e combinação de bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- e) Força Normativa: entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta menor eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.

Questão 71. Das alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde a características do Poder Constituinte Originário:

- a) Inicial, limitado, autônomo e incondicionado.
- b) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- c) Derivado, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- d) Inicial, ilimitado, heterônomo e condicionado.
- e) Derivado, limitado, heterônomo e condicionado.

Questão 72. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que corresponde ao complemento da literalidade do artigo 5º, caput, da Constituição Federal, onde está preceituado que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito”...:

- a) “... à vida, à liberdade, à igualdade, ao trabalho e à segurança”.
- b) “... à vida, à liberdade, à igualdade, à seguridade social e à propriedade”.
- c) “... à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.
- d) “... à vida, à liberdade, à igualdade, à saúde e à propriedade”.
- e) “... à vida, à saúde, à educação, ao trabalho e ao lazer”.

DIREITO CIVIL

Questão 73. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) São considerados responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa, os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições; o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele; os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos; os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

- b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- c) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, mesmo havendo prescrição.
- d) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
- e) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

Questão 74. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. O falso motivo, ainda quando razão não determinante, vicia a declaração de vontade.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.
- d) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. Tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias.
- e) Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.

Questão 75. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.
- b) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte. Se, porém, dada a natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- c) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.

- d) Se o mandato for oneroso, caberá ao mandatário a retribuição prevista em lei ou no contrato. Sendo estes omissos, será ela determinada pelos usos do lugar, ou, na falta destes, por arbitramento.
- e) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais. A obrigação de fornecer os materiais pode ser presumida, de acordo com os costumes do local.

Questão 76. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. Admite-se esse ato, todavia, quando detiver fins de transplante.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- c) Mesmo que não haja intenção difamatória, o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público.
- d) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade. No âmbito do STJ, vigora a tese de que a pessoa jurídica pode até mesmo sofrer dano moral, mas o tema, porque polêmico, ainda não figura como objeto de súmula de jurisprudência.
- e) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.

Questão 77. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, bem como os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- b) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- c) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- d) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- e) Não perdem o caráter de bens imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

Questão 78. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

- c) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- d) É anulável a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- e) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 79. De acordo com a legislação vigente e a jurisprudência pacificada pelo TST, assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a V abaixo:

I Sendo obrigatório o estágio, obrigatória também será a concessão de bolsa e de auxílio transporte.

II A manutenção do estágio em desconformidade com a Lei nº 11.788/2008 caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária, exceto quando o cedente for ente da Administração Pública direta ou indireta.

III O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução, devendo existir em cada Município, no mínimo, um Conselho Tutelar.

IV São atribuições do Conselho Tutelar, dentre outras, a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

V Trabalho educativo é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, não desfigurando o caráter educativo a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) Somente as assertivas III e V estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as assertivas I e IV estão corretas.

Questão 80. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a legislação:

a) Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

b) As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as obrigações legais.

c) O estágio não cria vínculo de emprego, mas está sujeito à jornada que será definida entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: (a) 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas

semanais, no caso de estudantes dos últimos anos do ensino fundamental; (b) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional, educação especial e do ensino médio regular.

d) O aprendiz tem direito aos recolhimentos de FGTS, porém não à base de 8% (oito por cento) ao mês sobre a remuneração paga ou devida no mês anterior, e sim apenas à base de 2% (dois por cento).

e) A formação técnico-profissional do adolescente obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; e horário especial para o exercício das atividades.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 81. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

a) A denunciação da lide é obrigatória ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.

b) É admissível o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

c) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

d) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser apresentada a defesa, oferecer oposição contra ambos

e) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Questão 82. São inquiridos em sua residência, ou onde exercem a sua função, exceto:

a) Os Prefeitos.

b) Os Deputados Estaduais.

c) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados.

d) Os Ministros de Estado.

e) O Embaixador de país que, por lei ou tratado, concede idêntica prerrogativa ao agente diplomático do Brasil.

Questão 83. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

a) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

b) Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, pessoalmente, ou, havendo dificuldade, na pessoa de seu advogado, ou, na falta deste, o seu representante legal, ou por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.

c) A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

- d) Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- e) Constituem títulos executivos judiciais a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo, e a sentença arbitral.

Questão 84. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial. Basta que, existindo prova inequívoca, convença-se o magistrado da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- b) Tão-só caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, também poderá o magistrado, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela. De todo modo, não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- c) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada. É certo, também, que, concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
- d) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento. Frise-se, ainda, que a tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou mesmo parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- e) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, é facultado ao juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

Questão 85. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência. Essa regra só incide, porém, desde que assim o determine o magistrado.
- b) Compete à parte, dentre outros deveres, comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado, bem como submeter-se à inspeção judicial, que for julgada necessária. Igualmente, o CPC é claro ao pontuar que também compete à parte praticar o ato que lhe for determinado.
- c) Compete ao terceiro informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento, bem assim exibir coisa ou documento, que esteja em seu poder. Segundo expressamente disposto no CPC, tais deveres se impõem em relação a qualquer pleito.
- d) Quando a parte, injustificadamente, deixar de responder ao que lhe for perguntado, o juiz declarará, na sentença, se houve recusa de depor. O mesmo ocorrerá se houver emprego de evasivas. Consigne-se, por oportuno, que o CPC é cristalino ao destacar que, quando dessa importante decisão, as demais circunstâncias e elementos de prova também deverão ser levados em conta na apreciação do magistrado.
- e) A parte não é obrigada a depor de fatos criminosos ou torpes, que lhe forem imputados. O mesmo ocorre quanto a fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo. Essa regra só não tem incidência nas ações de filiação e de anulação de casamento.

Questão 86. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O arresto tem lugar quando, dentre outras hipóteses, o devedor, sem domicílio certo, efetivamente ausenta-se ou aliena os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- b) O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o sequestro de bens imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- c) O autor, nacional ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou dele se ausentar na pendência da demanda, prestará, nas ações que intentar, caução suficiente às custas e honorários de advogado da parte contrária, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.
- d) É possível que o magistrado decrete a busca e apreensão de pessoas.
- e) É correto afirmar que o protesto não admite defesa nem contraprotesto nos autos. Entretanto, também é certo que o requerido pode contraprotestar em processo distinto. Feita a intimação, ordenará o juiz que, pagas as custas e decorridas 48 (quarenta e oito) horas, sejam os autos entregues à parte, independentemente de traslado.

Questão 87. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público. Cumpre ao terceiro demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.
- b) O recurso adesivo é admissível, por exemplo, na apelação, no recurso especial e até mesmo no recurso extraordinário, sendo que não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- c) O recorrente poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. O CPC é claro ao afirmar que essa desistência pode ocorrer a qualquer tempo.
- d) O Supremo Tribunal Federal não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral. Essa decisão é irrecorrível.
- e) A parte que aceitar a sentença ou a decisão, não poderá recorrer. No entanto, para incidência dessa regra restritiva, preceitua o CPC que tal aceitação deva ser expressa.

Questão 88. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Antes de discutir o mérito, compete ao réu alegar, por exemplo, convenção de arbitragem, defeito de representação ou mesmo preempção.
- b) Em sua contestação, cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados. Essa presunção, todavia, não incidirá quando, por exemplo, os fatos articulados na petição inicial estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- c) O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção. Oferecida a reconvenção, o autor reconvindo será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Entretanto, não haverá revelia se, por exemplo, existindo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

e) Ainda que ocorra revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 (quinze) dias.

Questão 89. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Segundo o CPC, as circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegadas pelas partes, também são merecedoras de apreciação judicante. Embora livre para valorar a prova, deverá o magistrado indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.
- b) É defeso ao juiz exercer as suas funções naquele processo em que, por exemplo, atuou em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido despacho ou decisão, ou em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- c) Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz quando, por exemplo, amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes ou herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- d) A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos; o juiz mandará processar o incidente em separado e sem suspensão da causa, ouvindo o arguido no prazo de 5 (cinco) dias, facultando a prova quando necessária e julgando o pedido.
- e) Nos tribunais caberá ao relator processar e julgar o incidente, sendo certo afirmar, ainda, que também se aplicam ao serventuário de justiça os motivos de impedimento e de suspeição.

Questão 90. À luz da dicção legal, assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial. Registre-se que, feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- b) Informado o falecimento da parte, o juiz, a rigor, deverá suspender o processo. Ademais, a suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder 6 (seis) meses.
- c) Durante a suspensão é defeso praticar qualquer ato processual; poderá o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
- d) Nos casos de acolhimento de perempção, litispendência ou de coisa julgada, a extinção do processo obsta a que o autor intente de novo a ação.
- e) O pronunciamento da prescrição implica a extinção do feito com resolução de mérito. Segundo o CPC, é possível que o juiz, initio litis, indefira a petição inicial, quando verificar, desde logo, por exemplo, a incidência do cutelo prescricional.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

Questão 91. Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados de I a IV abaixo, de acordo com a Convenção de Viena e o entendimento da jurisprudência majoritária:

I Consoante reiterada jurisprudência emanada do Supremo Tribunal Federal, é relativa a imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro, de sorte que estes subordinam-se à jurisdição dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro quando a causa tiver origem em atos de mera gestão revestidos de natureza trabalhista.

II A Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas (1961) e a Convenção de Viena sobre as relações consulares (1963) asseguram a inviolabilidade dos bens que estejam afetos à missão diplomática e consular, de sorte que a imunidade de execução em face de Estado estrangeiro impossibilita a realização de atos executórios direcionados aos seus bens, ressalvadas as hipóteses excepcionais de renúncia, por parte do Estado estrangeiro, à prerrogativa da intangibilidade dos seus próprios bens, ou a existência, em território brasileiro, de bens, que, embora pertencentes ao Estado estrangeiro, não tenham qualquer vinculação com as finalidades essenciais inerentes às legações diplomáticas ou representações consulares em nosso país.

III A Convenção de Viena de 1961 prevê expressamente o princípio do pacta sunt servanda, segundo o qual todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa fé.

IV Prevalece no Supremo Tribunal Federal a tese de que os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos de que o Brasil é signatário possui status supralegal, o que não obsta, todavia, que estes possam adquirir status constitucional quando aprovados por cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

- a) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

Questão 92. Assinale a alternativa correta em relação aos enunciados abaixo, de acordo com a Constituição da OIT e a Declaração da Filadélfia:

I A Constituição da Organização Internacional do Trabalho foi aprovada em Conferência Internacional realizada em Montreal no ano de 1946 e tem como fins e objetivos aqueles constantes na Declaração da Filadélfia aprovada no ano de 1944.

II O preâmbulo da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, em seus considerandos, afirma expressamente os princípios da liberdade sindical e o de que para igual trabalho, mesmo salário.

III A Organização Permanente da Organização Internacional do Trabalho compreende apenas a Conferência Geral e um Conselho de Administração.

IV Dentre os princípios fundamentais sobre os quais repousa a Organização Internacional do Trabalho encontra-se o de que o trabalho não é uma mercadoria.

V A Organização Internacional do Trabalho tem a obrigação de auxiliar as nações do mundo na execução de diversos programas, tendo como prioritários os que visem assegurar uma proteção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores nas ocupações de risco acentuado.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

e) Somente as assertivas IV e V estão corretas.

Questão 93. Assinale a alternativa correta em relação às Convenções nº 138 e 182 da OIT, conforme os enunciados abaixo:

I Segundo a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, a idade mínima de admissão a todo tipo de emprego ou trabalho, que, por sua natureza ou condições em que se realize, possa ser perigoso para a saúde, segurança ou moralidade dos menores, não deverá ser inferior a 21 (vinte e um) anos.

II A legislação nacional ou a autoridade competente, mediante prévia consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, quando tais organizações existirem, poderá autorizar o emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, sempre que fiquem plenamente garantidas a saúde, a segurança e a moralidade dos adolescentes, e que estes tenham recebido instrução ou formação profissional adequada e específica, no ramo de atividade correspondente.

III A legislação nacional poderá permitir o emprego ou trabalho de pessoas de treze a quinze anos de idade, em trabalhos leves, desde que observadas algumas condições.

IV Tendo em vista o caráter restritivo da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange apenas todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas, e a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes.

V A Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho não estabelece um rol taxativo das piores formas de trabalho infantil, sendo possível à legislação nacional ou à autoridade competente do Estado determinar o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Somente as assertivas I e III estão erradas.
- c) Somente as assertivas II e III estão erradas.
- d) Somente as assertivas II e III e V estão corretas.
- e) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.

Questão 94. Assinale a alternativa incorreta:

a) No procedimento contencioso da "reclamação" assegurado na constituição da OIT, há legitimação de organização profissional de empregados ou de empregadores, e tem por objeto o descumprimento de convenção ratificada.

b) Na estrutura da OIT, é da competência do Conselho de Administração processar e deliberar sobre "reclamações" acerca de não execução satisfatória de uma convenção ratificada pelo Estado-Membro denunciado.

c) Deixando um Estado-Membro da OIT de submeter uma convenção aprovada pela Conferência deste organismo à autoridade competente interna de seu país, outro Estado-Membro, que tenha ratificado a mesma convenção, pode formular "queixa" junto à organização.

- d) Os membros da Comissão de Peritos da OIT são representantes dos governos dos Estados-Membros.
- e) Para que uma convenção ou uma recomendação seja aceita em votação final pela Conferência, são necessários dois terços dos votos presentes.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 95. Assinale a alternativa incorreta, no que refere ao regramento legal dos segurados obrigatórios da Previdência Social:

- a) Como empregado, é segurado obrigatório aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) Como contribuinte individual, é segurado obrigatório o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- c) O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura.
- d) Descaracteriza a condição de segurado especial ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
- e) Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

Questão 96. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- b) À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 90 (noventa) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.
- c) O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa e à empregada do microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, será pago diretamente pela Previdência Social.
- d) O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.
- e) Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

Questão 97. À luz da dicção da lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não são consideradas como doença do trabalho a doença degenerativa, a inerente a grupo etário, a que não produza incapacidade laborativa, bem como, em qualquer hipótese, a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
- b) Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de terrorismo praticado por terceiro ou inundação.
- c) Equiparam-se ao acidente do trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade e o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- d) A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexos técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento. A empresa poderá requerer a não aplicação do nexos técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social.
- e) Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 98. Quanto aos títulos de créditos, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da abstração exige que o crédito venha expresso em um documento físico, ou seja, uma cártula. O título de crédito tem que assumir a feição de um documento escrito.
- b) O princípio da literalidade representa uma independência nas relações obrigacionais que se firmam no próprio título.
- c) O princípio da cartularidade explica que o que não se encontra expressamente consignado no título de crédito não produz consequências na disciplina das relações jurídico-cambiais.
- d) O princípio da autonomia autoriza concluir que os direitos que decorrem dos títulos de crédito não dependem do negócio que deu origem ao seu surgimento, desvinculando-se dele.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 99. Quanto ao título de crédito denominado cheque, é correto afirmar que:

- a) Cheque cruzado é o cheque sacado pelo banco contra um de seus estabelecimentos.
- b) Cheque para ser creditado em conta é o cheque que possibilita a identificação do credor, somente podendo ser pago via depósito em conta.

- c) Cheque visado é o título garantido pelo banco sacado durante um certo período, devendo o sacado reservar na conta corrente do sacador, em benefício do credor, quantia equivalente ao valor do cheque.
- d) Cheque administrativo é aquele em que o emitente ou o portador do título proíbe o pagamento em dinheiro, através da inscrição no anverso da expressão “para ser creditado em conta”.
- e) O prazo para se ingressar perante o Judiciário para executar um cheque sem fundos é de 3 (três meses), a partir do término do prazo para a apresentação. Transcorrido este prazo, ocorre a prescrição.

Questão 100. Quanto às sociedades empresariais e a sua constituição e extinção, pode-se apontar como alternativa correta:

- a) Dissolução da sociedade é o período do fechamento das contas. Nessa fase deverá a sociedade ultimar negócios pendentes, realizar o ativo e pagar o passivo.
- b) Na liquidação encerra-se a fase ativa da sociedade, que, a partir daí, entra em liquidação, que é uma espécie de preparação para a morte.
- c) A extinção é o término da personalidade jurídica da sociedade, o desfazimento de todos os vínculos pactuados e o fim da conjugação paralela de intenções em torno do objeto social, ou seja, é a morte da entidade.
- d) Para haver a extinção de uma pessoa jurídica, poderá ocorrer numa única fase (extinção), não havendo necessidade de se ter a dissolução e liquidação da empresa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é escoreita.